



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

ESCOLA PÚBLICA NO SISTEMA DE ENSINO POTIGUAR

PUBLIC SCHOOL IN THE POTIGUAR EDUCATION SYSTEM

LA ESCUELA PÚBLICA EN EL SISTEMA EDUCATIVO DE POTIGUAR

RESUMO

Este artigo científico, intitulado "Escola Pública no Sistema de Ensino Potiguar", aborda as complexidades e desafios do processo de ensino e aprendizagem na rede pública. O estudo define a "dificuldade de ensinagem" como um problema centrado na prática pedagógica do educador, ampliando o olhar para além do aluno. Fatores como qualificação profissional insuficiente, desmotivação, falta de planejamento e condições de trabalho inadequadas, como salas superlotadas e baixa remuneração, são apontados como causas que prejudicam o sucesso escolar, especialmente de crianças de classes populares. A função social da escola, que evoluiu de um espaço para poucos a uma instituição com papéis: epistêmico, socializante e profissionalizante. No entanto, a escola contemporânea enfrenta desafios que a distanciam de sua função social, evidenciando seu fracasso. A legislação educacional brasileira, como a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, estabelece a educação como um direito de todos, visando à cidadania e à qualificação para o trabalho. Em âmbito local, o artigo analisa o município de Baraúna/RN, que, apesar dos avanços na escolarização, ainda apresenta dados preocupantes, como o alto índice de analfabetismo em 2010. O Plano Municipal de Educação local estabelece diretrizes para superar essas desigualdades. A educação no Rio Grande do Norte dentro de um quadro de alta exclusão social, com o estado apresentando um dos piores índices do Brasil. O desempenho no IDEB é baixo e as taxas de aprovação são inferiores à média nacional, refletindo desafios complexos que interligam fatores familiares, escolares e sociais.

Palavras-chave: Ensino potiguar; ensinagem; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This scientific article, titled "Public School in the Potiguar Education System," addresses the complexities and challenges of the teaching and learning process in the public school network. The study defines the "difficulty of teaching" as a problem centered on the educator's pedagogical practice, broadening the perspective beyond the student. Factors such as insufficient professional qualification, demotivation, lack of planning, and inadequate working conditions, like overcrowded classrooms and low wages, are pointed out as causes that harm academic success, especially for children from working-class backgrounds. The social function of the school has evolved from a space for a few to an institution with epistemic, socializing, and professionalizing roles. However, the contemporary school faces challenges that distance it from its social function, thus making its failure evident. Brazilian educational legislation, such as the 1988 Constitution and the 1996 LDB (Law of Directives and Bases for National Education), establishes education as a right for all, aiming for citizenship and qualification for work. At the local level, the article analyzes the municipality of Baraúna/RN, which, despite advances in schooling, still presents worrying data, such as the high illiteracy rate in 2010. The local Municipal Education Plan establishes guidelines to overcome these inequalities. Education in Rio Grande do Norte is set within a framework of high social exclusion, with the state presenting one of the worst indexes in Brazil. The performance in the IDEB (Basic Education Development Index) is low, and approval rates are below the national average, reflecting complex challenges that intertwine family, school, and social factors.

Keywords: Potiguar education; teaching; pedagogical practices.

RESUMEN

Este artículo científico, titulado "La Escuela Pública en el Sistema Educativo Potiguar", aborda las complejidades y desafíos del proceso de enseñanza y aprendizaje en la red pública. El estudio define la "dificultad de enseñanza" como un problema centrado en la práctica pedagógica del educador, ampliando la mirada más allá del alumno. Factores como la cualificación profesional insuficiente, la desmotivación, la falta de planificación y las condiciones de trabajo inadecuadas, como aulas superpobladas y baja remuneración, se señalan como causas que perjudican el éxito escolar, especialmente en niños de clases populares. La función social de la escuela ha evolucionado de ser un espacio para pocos a una institución con roles epistémicos, socializadores y profesionalizadores. Sin embargo, la escuela contemporánea enfrenta desafíos que la distancian de su función social,

evidenciando su fracaso. La legislación educativa brasileña, como la Constitución de 1988 y la LDB de 1996, establece la educación como un derecho de todos, con el objetivo de formar para la ciudadanía y calificar para el trabajo. A nivel local, el artículo analiza el municipio de Baraúna/RN, que, a pesar de los avances en la escolarización, aún presenta datos preocupantes, como el alto índice de analfabetismo en 2010. El Plan Municipal de Educación local establece directrices para superar estas desigualdades. La educación en Rio Grande do Norte se enmarca en un cuadro de alta exclusión social, siendo que el estado presenta uno de los peores índices de Brasil. El desempeño en el IDEB es bajo y las tasas de aprobación son inferiores a la media nacional, lo que refleja desafíos complejos que interconectan factores familiares, escolares y sociales.

Palavras-clave: Educación potiguar; enseñanza; prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública no estado do Rio Grande do Norte, inserida em um contexto de acentuada exclusão social, enfrenta desafios complexos que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Este artigo propõe investigar as múltiplas facetas que constituem a realidade da escola pública potiguar, com o intuito de analisar os obstáculos que comprometem o sucesso escolar e a efetivação da função social da instituição de ensino. Para tanto, a análise se aprofunda não apenas nas dificuldades enfrentadas pelos alunos, mas lança um olhar crítico sobre as condições e práticas que moldam a atuação docente, introduzindo um conceito fundamental para esta discussão.

Central para o desenvolvimento deste estudo é a noção de “dificuldade de ensinagem”, que desloca o foco tradicionalmente centrado no aluno para a prática pedagógica do educador, indo para além da visão apenas do estudante. Tal perspectiva permite uma análise mais ampla e sistêmica dos problemas educacionais, compreendendo que o processo de ensino é um ato complexo, influenciado por uma gama de fatores que transcendem a sala de aula. Ao invés de responsabilizar unicamente o estudante pelo seu desempenho, busca-se entender como as condições de trabalho, a formação e a motivação do professor interferem diretamente na qualidade da educação pública ofertada.

Nesse sentido, a investigação aponta para causas multifatoriais que alimentam a “dificuldade de ensinagem”. Entre elas, destacam-se a qualificação profissional insuficiente, a desmotivação docente, a falta de planejamento pedagógico consistente e as condições de trabalho inadequadas, como salas de aula superlotadas e baixa remuneração.

Historicamente, a função social da escola passou por transformações significativas, evoluindo de um espaço restrito a poucos, para uma instituição com

múltiplos papéis: epistêmico, socializante e profissionalizante. No entanto, a escola contemporânea, diante de inúmeros desafios, parece distanciar-se de seus objetivos primordiais, evidenciando um fracasso em cumprir seu papel na sociedade.

Diante deste cenário, o presente artigo analisa a legislação educacional brasileira, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que asseguram a educação como um direito de todos, visando à cidadania e à qualificação para o trabalho. Em âmbito local, o estudo se debruça sobre a realidade do município de Baraúna/RN, que, apesar de avanços na escolarização, ainda revela dados preocupantes de analfabetismo, e examina como o Plano Municipal de Educação busca superar tais desigualdades.

Por fim, a discussão é ampliada ao considerar os baixos indicadores educacionais do Rio Grande do Norte no contexto de uma das maiores taxas de exclusão social do Brasil, relacionando o desempenho no IDEB e as taxas de aprovação a uma complexa interação de fatores familiares, escolares (sistema de ensino) e sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dificuldade de ensinagem e suas consequências

Falar da dificuldade de ensinagem é algo delicado, complexo, e não pode ser colocado embaixo do tapete. A dificuldade de ensinagem aqui denominada refere-se à dificuldade no processo de ensino e aprendizagem relacionando-se especialmente ao aspecto do ensino, voltando-se para a prática pedagógica do educador. Pois, acredita-se ser imprescindível que a aprendizagem aconteça de forma significativa, sendo necessária a harmonia dos fatores extrínsecos e intrínsecos do ser humano, pois interligando estes fatores favorece-se o sucesso escolar, reafirmando que,

[...] as ideias predominantes nos meios educacionais conferem destaque à importância dos *conteúdos escolares*. Todas as reformas curriculares testemunham isso. O argumento subjacente é o de que os conteúdos veiculados pela escola precisam ser *significativos* para os alunos, daí a ideia de partir-se dos conhecimentos das crianças e jovens das classes populares como estratégia pedagógica com vistas a obter sucesso no processo de escolarização desses grupos. Pois bem, proponho o seguinte argumento: não basta que os conteúdos escolares sejam significativos (e para *qualquer* aluno, não só para os alunos pertencentes às camadas populares). As *relações estabelecidas* em sala, entre professores e alunos, também precisam fazer sentido e, especialmente, necessitam *ser bem compreendidas pelos alunos*. (Souza, 1999, p.17)

Deste modo, não basta que os conteúdos sejam significativos para os alunos é necessário que a relação estabelecida em sala de aula entre o professor e o aluno tenha sentido e seja bem compreendida pelo aluno. Pode-se, portanto, relacionar esse aspecto com a dificuldade de ensinagem, que deve ser analisada com seriedade, pois compromete intensamente o processo de ensino e aprendizagem e está relacionado ao ensino, ao ato de educar, à prática docente, não mais ao educando. Acredita-se que isso possa ocorrer por diversos motivos como: qualificação profissional insuficiente e inconstante, falta de atualização, desmotivação e desinteresse pela profissão, deste modo o professor pode prejudicar inúmeros alunos.

Neste sentido, aponta-se para as dificuldades de ensinagem, dos professores de crianças oriundas de classes populares matriculadas na escola pública, como responsável pelo fracasso e a evasão escolar, pois

[...] o fracasso e a evasão escolar de crianças de classes populares apontam para as dificuldades do ofício da 'ensinagem' do próprio professor ao longo de sua formação profissional [...] Habitado à aplicação de todo um receituário de práticas didático-pedagógicas, muitas vezes incongruentes e inconsistentes, o professor da escola pública acaba reduzindo sua prática profissional a uma repetição caótica de fórmulas e conteúdos na tentativa de 'domesticar' a violência, a indisciplina e o desinteresse de alunos oriundos do universo das classes trabalhadoras urbanas (Rocha, 2005, p. 18-19).

A ausência ou deficiência nas condições de trabalho do educador, incluindo salas superlotadas, juntamente com remuneração ainda injusta dos profissionais da educação, pode apresentar-se como alguns dos indicadores para a dificuldade de ensinagem especialmente no ensino fundamental, que por sua vez, também passa pela escassez de recursos, perpassando pela precariedade desde a formação inicial, ocorrendo inclusive no processo de formação continuada.

Outro fator que pode contribuir para a dificuldade de ensinagem é a ausência ou deficiência no processo de planejamento, seja anual, bimestral e diário através dos planos de aula, contribuindo deste modo com a indisciplina escolar. O interessante é que essa dificuldade no ato de planejar apresenta-se não apenas como um desafio a ser superado pelos educadores, mas essencialmente pela instituição escolar. Que não são poucas as vezes em que não atualiza ou não elabora seu PPP e sua proposta pedagógica, que por sua vez são extremamente importantes nos rumos que a escola deve seguir, e particularmente quem não sabe onde deve chegar, não chega a lugar algum.

A instituição escolar em seu cotidiano, devido à sua própria dificuldade de planejar não contribui com os planejamentos anuais de cada educador, além de pouco contribuir com os bimestrais e planos de aula. Essa deficiência no ato de planejar é o resultado da ausência de reflexão de sua prática pedagógica, não sendo uma exclusividade do professor, mas engloba a instituição escolar e o sistema educacional como um todo. Onde as oportunidades de planejar, estudar, dialogar, trocar experiências são escassas e em alguns casos, inexistentes. Dificultando deste modo, o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo com a dificuldade de ensinagem.

2.2 Função social da escola

Torna-se importante, neste momento, se fazer um breve resgate histórico acerca da instituição escolar, para melhor compreensão da estrutura dos tempos modernos, permeada de obstáculos, ainda, a serem superados.

Deve-se lembrar que a escola era voltada para poucos, onde na Idade Média a escola e o colégio eram reservados a um pequeno número de clérigos, onde se misturavam pessoas de diferentes idades. Na velha Europa anterior ao processo de urbanização e industrialização, o espaço escolar contemplava num mesmo espaço de tempo e lugar, diferentes faixas etárias. Já na Europa medieval era habitual as crianças serem entregues pelas suas famílias aos mestres, que deveriam ensinar-lhes um ofício, uma profissão. E ainda na Europa, no século XII, estudantes das camadas populares recorriam aos chamados asilos. Posterior a esse processo “educacional” surge a divisão social do trabalho, a fragmentação da vida humana, com a industrialização, transformando-os em institutos de ensino, inspirando o modelo educacional atual. O que se percebe é que

O primórdio da cultura escolar que tão bem conhecemos hoje, se impôs na era Moderna, pela afirmação da singularidade da etapa da vida em que a criança deve abandonar seu mundo infantil e aprender com as responsabilidades do mundo adulto. Desde então, as doutrinas pedagógicas atribuem valor à formação moral da criança pelo significado social da educação a ela atribuída (Rocha, 2005, p.122).

Na atual sociedade ocidental é indiscutivelmente unânime a percepção a respeito da importância da escola, inclusive desde o nascimento iniciando-se nos berçários, passando pelas creches, escolas de ensino fundamental e médio, chegando às instituições de ensino superior. Mas afinal qual o papel da escola? Será que consegue cumprí-lo? De acordo com Aquino (1994) apresenta-se três principais

funções atribuídas historicamente à instituição escolar: epistêmica, socializante e profissionalizante.

A atual educação apresenta diversos desafios a serem superados, não sendo apenas privilégio da brasileira, ao ponto do seu papel tornar-se esquecido no cotidiano escolar. Por esta razão pode-se perceber na realidade concreta da instituição escolar *Turbulência e/ou apatia nas relações, confrontos velados, ameaças de diferentes tipos, muros, grades... O quadro nos é familiar e dele não precisamos de maiores configurações* (p.39). Portanto, à medida que a escola se distancia do seu papel social, conseqüentemente seu fracasso se evidencia na sociedade.

2.3 Educação em âmbito nacional

Neste tópico tratar-se-á da finalidade da educação, aprofundando-se especialmente para o ensino fundamental, pois está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que também é responsável pela educação infantil e ensino médio, pois os três níveis de educação compõem o que se conhece como educação básica.

Acredita-se que a educação básica é indispensável para a formação do cidadão brasileiro, por oferecer a oportunidade de progressão na educação escolar, bem como contribuir para o ingresso no mundo do trabalho, como também é a base para o exercício da cidadania. Os principais documentos que embasam legalmente este ensino são: Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988); Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) e Plano Nacional de Educação.

A respeito da finalidade da educação em âmbito nacional, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988), que versa sobre a educação como direito, e voltada para a formação para a cidadania, estabelece em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [humana]”.

A LDB (Brasil, 1996), no Título V, dos níveis e das modalidades de educação e ensino, mais precisamente em seu artigo 24, estabelece a organização da educação básica. Para complementar, detalhando-se melhor a finalidade da educação, objeto de estudo dessa pesquisa, destaca-se o artigo 32, diz que “O ensino fundamental obrigatório [...] terá por objetivo a formação básica do cidadão”.

A respeito do número adequado de alunos por sala, apesar de ser considerado como uma das principais problemáticas enfrentadas pela instituição

escolar, ainda apresenta-se em documentos oficiais de forma muito ampla. Desta forma, a Resolução nº 02/2009 do Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica dispõe em seu art. 5º, inciso VIII, afirma que se deve

Promover, na organização da rede escolar, adequada relação numérica professor-educando nas etapas da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como número adequado de alunos em sala de aula nos demais anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, prevendo limites menores do que os atualmente praticados nacionalmente de alunos por sala de aula e por professores, a fim de melhor prover os investimentos públicos, elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores.

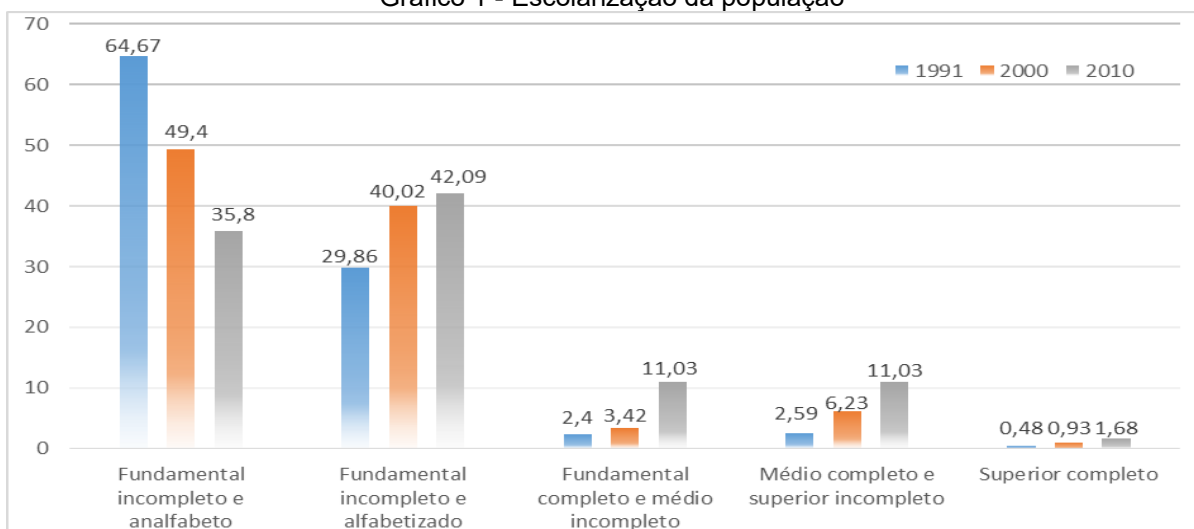
2.4 Educação em âmbito local

O levantamento da finalidade da educação do município de Baraúna/RN tem com base aspectos inseridos no Plano Municipal de Educação, aprovado através da lei municipal complementar nº 007/2015 na Câmara Municipal de Vereadores, que trata da reformulação do Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2015 a 2025. Inicialmente abordar-se-á a escolarização da população, para posteriormente adentrar-se nas diretrizes e metas municipais.

A escolaridade da população adulta também compõe o IDHM, que compreende o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Os indicadores atuais avançaram se comparados a anos anteriores, no entanto os dados ainda permanecem nada animadores. Entre os anos de 2000 e de 2010, esse percentual passou de 13,26% para 26,01%, no município, e de 39,76% para 54,92% na UF. É praticamente inacreditável que em 1991, os percentuais eram de 8,21%, no município, e 30,09% no estado. Evidenciando-se que se avançou e muito, mas que há um caminho longo a ser trilhado rumo à uma educação de qualidade, que ao invés de excluir possa incluir.

Segue distribuição dos dados do nível de escolarização da população baraunense no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Escolarização da população



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, 2015.

A população municipal de 25 anos de idade ou mais no ano de 2010 correspondia a 35,80% de analfabetos; com ensino fundamental completo 22,11%; apenas 12,71% possuíam o ensino médio completo; e agravando-se mais ainda no superior completo correspondendo a somente 1,68%.

Verifica-se no gráfico acima um nítido e expressivo avanço na escolarização da população municipal, em todos os níveis de educação, nesse intervalo de quase 20 anos. Percebe-se através desses dados, como um reflexo da democratização do ensino no país, através da constituição federal da década de 80, como também da LDB em 1996, passando a educação a ser direito de todos, e não apenas privilégio da elite brasileira. Devendo-se agora avançar na permanência, pois o gargalo do acesso gradativamente vai sendo superado.

Diante o exposto sobre a realidade da educação em âmbito local, o município, com base no Plano Nacional de Educação – PNE, definiu 10 (dez) diretrizes e metas, bem como suas respectivas estratégias para a educação municipal, definidas através do Plano Municipal de Educação – PME, aprovado através da lei complementar nº 007/2015.

No que se refere às metas municipais, pode-se dizer que assim como o Plano Nacional de Educação (PNE), são bastante audaciosas, no entanto necessárias para um ensino de qualidade, que possa contribuir com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2.5 Índice de exclusão social e indicadores educacionais do rio grande do norte

Azevedo *et al* (2024) revela que a exclusão social do estado do Rio Grande do Norte permanece sendo uma das maiores do país, apresentando altos índices de desemprego, violência, baixa renda, baixo acesso ao saneamento básico, à água e à educação. Ressalta-se que os piores índices se aproximam das últimas posições no ranking nacional. E poucas cidades do RN encontram-se com valores elevados. E mesmo assim os municípios com maiores resultados ocupam as posições 1217º e 2413º, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Ranking da exclusão social: Maiores índices

RANKING ESTADUAL	MUNICÍPIO	EXCLUSÃO SOCIAL	RANKING NACIONAL
1º	Parnamirim	0,685	1217º
2º	Natal	0,651	1735º
3º	Areia Branca	0,624	2147º
4º	Mossoró	0,623	2165º
5º	Timbaúba dos Batistas	0,621	2192º
6º	Ipueira	0,620	2200º
7º	São José do Seridó	0,618	2238º
8º	Carnaúba dos Dantas	0,607	2386º
9º	Acari	0,605	2399º
10º	Alto do Rodrigues	0,604	2413º

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil (2014) *apud* Azevedo *et al.* (2024, p. 68).

Esses dados revelam que a exclusão social do estado do Rio Grande do Norte permanece sendo uma das maiores do Brasil. Ainda de acordo com Azevedo *et al* (2024, p.69) “[...] inevitavelmente, a educação do estado sofre com índices baixos, que podem estar relacionados a altos índices de desemprego, violência, baixa renda e baixo acesso ao saneamento básico, à água e à educação.”

Ainda de acordo com Azevedo *et al* (2024), no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio das redes públicas estaduais do nordeste, ao analisar comparativos com estados, o Rio Grande do Norte apresenta os piores índices de 2017 a 2023. Verificando-se que o desempenho do

RN, entre as redes estaduais detém os menores índices. Ressalte-se que as escolas do estado com melhores resultados foram os centros de educação profissional e escolas em tempo integral.

Na pesquisa realizada por Azevedo *et al* (2024), acerca da percepção dos gestores escolares em relação à taxa de reprovação e aprovação observou-se que 38% dos respondentes informaram que na escola em que atuam a aprovação é menor do que gostariam de ver. Ao mesmo tempo em que 40% responderam que estão satisfeitos com a aprovação na escola. A grosso modo, é possível analisar que é necessário formação continuada a respeito do significado e consequências da reprovação.

Os autores também realizaram um comparativo da taxa de rendimento (aprovação) do Rio Grande do Norte com o Brasil, de acordo com dados do INEP (2024), o estado apresenta índices inferiores tanto nos anos finais do ensino fundamental, quanto do ensino médio.

No que tange à taxa de abandono escolar, 34% dos gestores não responderam acerca das estratégias utilizadas para redução do abandono escolar. Os demais gestores afirmaram que a estratégia mais efetiva utilizada é entrar em contato direto com os familiares dos estudantes, e apresentarem que estratégia menos efetiva é informar ao Conselho Tutelar. Revelando ausência de diálogo com o próprio sistema de ensino, bem como com a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Nesta perspectiva, ressalta-se que a infrequência escolar não é causada por um único agente, mas sim por uma interação complexa entre fatores familiares, escolares e sociais. A família, a escola (rede de ensino) e o contexto social podem contribuir para a evasão e a infrequência escolar. Pois em casos de infrequência escolar, é fundamental que a escola acione a rede de proteção, envolvendo a família, o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o Poder Judiciário, se necessário, para garantir o direito à educação e o desenvolvimento do aluno.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma investigação teórica e documental que se propôs a analisar as múltiplas facetas da realidade da escola pública potiguar. A presente pesquisa analisou a legislação educacional brasileira, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Em âmbito local, o estudo examina as diretrizes e estratégias do Plano Municipal de Educação do município de Baraúna/RN.

Este artigo utiliza, portanto, dados estatísticos e indicadores educacionais extraídos de fontes oficiais, como o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2015) para mapear a escolarização em Baraúna. Apoiou-se no referencial teórico de autores da educação, e incorporou dados do Atlas da exclusão social no Brasil (2014) e do levantamento de Azevedo *et al.* (2024), dentre outros autores, para analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o cenário de exclusão social no Rio Grande do Norte.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados desta investigação consistem entre a análise do referencial teórico e os dados demográficos e educacionais. Alcançando-se os seguintes resultados: conceito de dificuldade de ensinagem e causas do fracasso escolar; dados educacionais de Baraúna/RN e exclusão social e indicadores no RN; defasagem histórica e disparidades entre o Baraúna/RN e o RN; e indicadores estatísticos *versus* teoria da ensinagem.

4.1 Conceito de dificuldade de ensinagem e causas do fracasso escolar

Este estudo define a “dificuldade de ensinagem” como um problema centrado na prática pedagógica do educador e nas condições da instituição, ampliando a visão para além da culpabilização exclusiva do aluno. Apontando para causas do fracasso escolar: fatores como qualificação profissional insuficiente, desmotivação, falta de planejamento, salas superlotadas e baixa remuneração são apontados como elementos que prejudicam o sucesso escolar, afetando especialmente crianças e adolescentes de classes populares.

A crise na função social da escola constatou-se ao revelar que a escola contemporânea enfrenta desafios que a distanciam de seus papéis epistêmicos,

socializantes e profissionalizantes, evidenciando seu fracasso por meio de um cotidiano escolar marcado por apatia e conflitos.

4.2 Dados educacionais de Baraúna/RN e exclusão social e indicadores no RN

Já os dados educacionais de Baraúna/RN revelaram que apesar de um avanço nítido na escolarização municipal nas últimas décadas, os dados de 2010 ainda eram preocupantes. Naquele ano, 35,80% da população adulta, com 25 anos ou mais anos de idade era analfabeta, e apenas 1,68% possuía ensino superior completo.

No que se refere à exclusão social e indicadores no Rio Grande do Norte, o estado apresenta uma das maiores taxas de exclusão social do Brasil, o que impacta diretamente a educação por meio de fatores como desemprego, altos índices de violência e baixa renda. O RN detém os menores índices do IDEB no ensino médio entre as redes estaduais do Nordeste, compreendendo-se o período de 2017 a 2023, como também taxas de aprovação inferiores à média nacional.

Na pesquisa realizada por Azevedo *et al* (2024), no que se refere à percepção da gestão em relação ao abandono escolar, 34% dos gestores não responderam acerca das estratégias utilizadas para redução desse abandono escolar. Os demais gestores afirmaram que a estratégia mais efetiva utilizada é entrar em contato direto com os familiares dos estudantes, e apresentarem que estratégia menos efetiva é informar ao Conselho Tutelar. Revelando, portanto, ausência de diálogo com o próprio sistema de ensino, bem como com a rede de proteção à criança e ao adolescente. O que é apontado como um fator crítico para enfrentar a infrequência. Pois deste modo, o sistema de ensino potiguar, inconscientemente acabam por potencializar as taxas de abono escolar.

Esta pesquisa em relação à taxa de aprovação e reprovação, revela, ainda, que apenas 38% dos gestores escolares consideram a aprovação menor do que gostariam, enquanto 40% estão satisfeitos. Ao mesmo tempo que a mesma pesquisa, também realiza um comparativo da taxa de aprovação do Rio Grande do Norte com as taxas brasileiras, de acordo com dados do INEP (2024). Demonstrando que o estado apresenta índices inferiores tanto nos anos finais do ensino fundamental, quanto do ensino médio revelando, portanto, ausência de consciência por parte dos gestores pesquisados de que taxa de aprovação adequada se está falando; como

também da definição de metas claras a serem definidas pela própria rede estadual potiguar.

4.3 Defasagem histórica e disparidades entre o Baraúna/RN e o RN

A respeito da evolução do ensino fundamental completo, embora Baraúna tenha triplicado seu índice de escolarização entre 1991 e 2010, ela iniciou o período com uma base extremamente frágil (8%), mantendo um hiato significativo em relação à média estadual.

O perfil de 2010 em Baraúna revela uma “pirâmide invertida” de qualificação, com apenas 1,68% de graduados, o que impacta diretamente na oferta de profissionais qualificados para a própria rede de ensino local, representando um gargalo do ensino superior, neste período.

A alta taxa de analfabetismo (35,80%) somada aos baixos índices do IDEB no estado (citados no artigo) fornecem o substrato empírico para o argumento da autora: o fracasso escolar é um reflexo de condições estruturais e pedagógicas deficientes, e não meramente uma limitação cognitiva dos alunos.

Seguem dados quantitativos e os indicadores qualitativos em tabelas e gráficos temáticos.

4.3.1 Evolução do ensino fundamental completo

A tabela a seguir demonstra a progressão histórica da escolarização básica, evidenciando a distância entre os índices do município de Baraúna/RN e a média do estado do RN, para a população de 18 anos de idade ou mais.

Tabela 2 - Evolução do ensino fundamental completo

Ano do Levantamento	Município de Baraúna/RN	Estado do Rio Grande do Norte
1991	8,21%	30,09%
2000	13,26%	39,76%
2010	26,01%	54,92%

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano do Brasil, 2015.

4.3.2 Nível de escolarização de Baraúna/RN

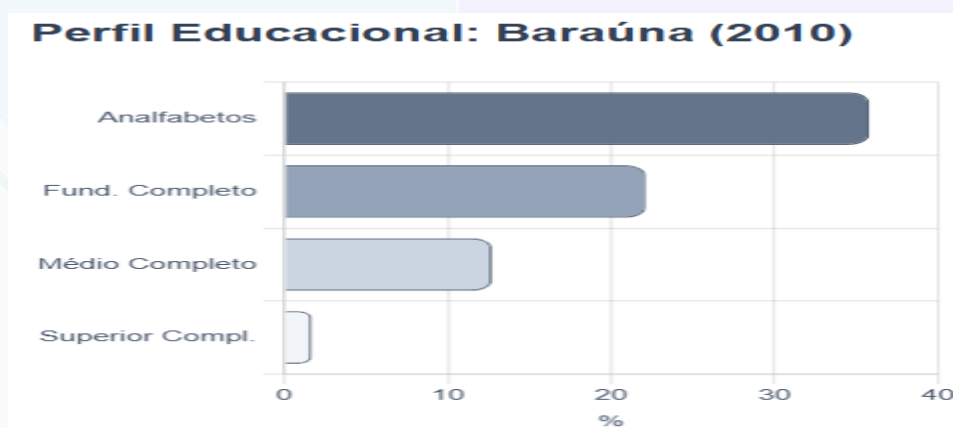
Este recorte da pesquisa focou na população adulta do município de Baraúna, com 25 anos de idade ou mais, de acordo com o censo de 2010, revelando a base de capital cultural formal. Apresentando dados críticos, de acordo com tabela abaixo:

Tabela 3 - Nível de escolarização de Baraúna/RN

Nível de Ensino	Percentual da População Local
Analfabetos	35,80%
Ensino Fundamental Completo	22,11%
Ensino Médio Completo	12,71%
Ensino Superior Completo	1,68%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Azevedo *et al.* (2024).

Gráfico 2 - Nível de escolarização de Baraúna/RN



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Azevedo *et al.* (2024).

4.3.3 Indicadores de desempenho e rendimento do RN

Na tabela abaixo estão sistematizados os dados macro educacionais do estado do RN, contextualizando os reflexos da alta exclusão social no sistema de ensino potiguar.

Tabela 4 - Indicadores de Desempenho e Rendimento do RN

Indicador Analisado	Situação Observada no Estado	Período/Fonte de Referência
IDEB (Ensino Médio - Rede Estadual)	Apresenta os piores índices em comparação com os demais estados da região Nordeste.	2017 a 2023
Taxa de Rendimento (Aprovação)	Apresenta índices inferiores à média nacional, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio.	2024 / INEP

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Azevedo *et al.* (2024).

4.4 Indicadores estatísticos *versus* teoria da ensinagem

No que se refere à desordem na relação professor-aluno, Júlio Groppa Aquino (1994) argumenta que a indisciplina e o fracasso não são problemas psíquicos do aluno, mas sim reflexos de uma crise na relação pedagógica. Ao se fazer uma conexão com os dados coletados, ao identificarmos que 38% dos gestores estão insatisfeitos com os índices de aprovação. Segundo a ótica de Aquino, essa insatisfação é fruto de uma escola que perdeu a sua “função epistêmica”.

O impacto na cidade de Baraúna, se revela com a baixa percentagem de Ensino Superior (1,68%), sugerindo um ciclo de baixa qualificação que retroalimenta a dificuldade de ensinagem, pois a escola, ainda, não conseguiu ser o polo de atração e produção de conhecimento, que Aquino defende.

O conceito de “Dificuldade de Ensinagem”, se revela quando o texto sistematiza que o insucesso escolar é um produto de variáveis institucionais. Envolvendo salas superlotadas e planejamento, onde a estatística de rendimento inferior à média nacional no RN é interpretada não como incapacidade cognitiva, mas como resultado de “condições de trabalho inadequadas”. Como também a pseudo

democratização, onde o gráfico de evolução (1991-2010) mostra que o acesso aumentou (Baraúna saltou de 8% para 26%), mas a qualidade não acompanhou. Para a teoria do fracasso escolar, isso é a “exclusão inclusiva”, pois o aluno está na escola, mas a “ensinagem” não ocorre devido à precarização na formação docente, como também em decorrência da invisibilidade do abandono escolar, pois os 35,80% de analfabetos em Baraúna, conforme censo 2010, são o resultado histórico de gerações que evadiram sem que houvesse uma intervenção sistêmica. Portanto, a “dificuldade de ensinagem” aqui abordada também expande-se para uma dificuldade de gestão intersetorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as complexidades do sistema público de ensino potiguar, analisando os obstáculos que comprometem o sucesso escolar. A análise distanciou-se de uma culpabilização tradicional do aluno, centrando-se no conceito de dificuldade de “ensinagem” como um problema fundamentalmente ligado à prática pedagógica do educador e às condições estruturais oferecidas.

Verificou-se que esta dificuldade é alimentada por um conjunto de fatores multifatoriais, incluindo a qualificação profissional insuficiente, a desmotivação docente, as condições de trabalho inadequadas, como salas superlotadas e baixa remuneração, e a ausência de um planejamento pedagógico reflexivo por parte da instituição escolar. Conforme destacado, essa conjuntura prejudica de forma mais acentuada as crianças oriundas das classes populares.

Constatou-se que a escola contemporânea enfrenta um distanciamento de sua função social. Embora historicamente tenha evoluído para assumir papéis epistêmicos, socializante e profissionalizante, a realidade atual evidencia um fracasso no cumprimento desses objetivos, manifestando-se em um cotidiano de apatia e conflitos.

A análise do contexto local e regional revelou um cenário alarmante. O Rio Grande do Norte apresenta-se como um dos estados com maiores índices de exclusão social do país, o que se reflete diretamente nos seus indicadores educacionais. O estado acumula um dos piores desempenhos no IDEB do Nordeste e taxas de aprovação inferiores à média nacional.

O estudo do município de Baraúna/RN, embora apresente avanços na escolarização nas últimas décadas, ainda exibia em 2010 dados preocupantes, como

o elevado índice de analfabetismo na população adulta (35,80%). Isso demonstra a lacuna persistente entre o direito à educação, assegurado pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996, e a sua efetivação prática. O Plano Municipal de Educação local estabelece diretrizes para superar essas desigualdades, mas os desafios são evidentes.

Conclui-se, portanto, que o fracasso escolar no sistema potiguar não é um evento isolado, mas sim a consequência de uma interação complexa entre fatores familiares, sociais e, crucialmente, escolares. A dificuldade de “ensinagem” é o sintoma de um sistema que, precarizado pela exclusão social, não oferece ao educador as condições necessárias para que o ensino ocorra de forma significativa, impactando a relação professor-aluno e perpetuando o ciclo de desigualdade.

Para futuras investigações, sugere-se aprofundar a análise qualitativa das práticas pedagógicas e das relações em sala de aula, bem como avaliar a efetividade das estratégias dos planos de educação, como o de Baraúna, utilizando dados mais recentes. Torna-se imperativo, ainda, investigar a articulação entre o sistema de ensino e a rede de proteção à criança e ao adolescente, cuja ausência de diálogo, apontada na pesquisa, é um fator crítico para o enfrentamento da reprovação, evasão e da infrequência escolar.

A análise dos dados de Baraúna e do Rio Grande do Norte, quando filtrada pelas teorias de Aquino e pelo conceito de ensinagem, revela que o sistema educativo potiguar enfrenta um problema estrutural de reprodução da desigualdade.

Conclui-se, portanto, que, enquanto a “dificuldade de ensinar” for tratada apenas como “dificuldade de aprender”, as estatísticas de IDEB e rendimento continuarão a ser inferiores à média nacional. A solução apontada não passa apenas por recursos, mas por uma reestruturação da prática pedagógica não apenas da prática docente, mas da rede de ensino potiguar como um todo, além do fortalecimento do diálogo entre a escola e a rede de proteção social.

6 REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (org.). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: Indisciplina na escola. 17ª edição. São Paulo: Summus, 1994.

AZEVEDO, Márcio Adriano *et al.* Índice e indicadores para a qualidade da educação no Rio Grande do Norte. Natal: Caule de Papiro, 2024.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art62. Acesso em: 30/07/2025.

_____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. DE 05 DE OUTUBRO DE 1988. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 17/11/2025.

COSTA, D. A. Fracasso escolar: diferença ou deficiência. Porto Alegre: Kuarup, 1999.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Família e Escola: diferenças necessárias. Porto Alegre: GEEMPA, 2005 (Coleção Ensinagens, V.2)

SOUZA, D.T. Entendendo um pouco mais sobre o sucesso (e fracasso) escolar: ou sobre os acordos de trabalho entre professores e alunos. In: AQUINO, J. G. Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

